

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de reais)

Senhores cooperados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito Sul – SICOOB SUL na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional
Em 19/03/2017 o SICOOB SUL completou 14 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de ReSICOOB SUL tados
No exercício de 2017, o SICOOB SUL obteve um resultado de R\$ 5.330 antes das destinações, representando um retorno anual de 9,43% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos
Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 129.233. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 345.571.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:
Carteira rural R\$ 32.904 9,52 %
Carteira comercial R\$ 312.667 90,4 %

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 18,32% da carteira, no montante de R\$ 63.319.

4. Captações
As captações, no total de R\$ 435.872, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 7,92%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista R\$ 93.461 21,44 %
Depósitos a prazo R\$ 342.411 78,56 %

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 22,30% da captação, no montante de R\$ 97.200.

5. Patrimônio Líquido
O patrimônio líquido do SICOOB SUL era de R\$ 56.507. O quadro de cooperados era composto por 19.845 cooperados, havendo um acréscimo de 15,94% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SUL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal
Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos

os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética
Todos os integrantes da equipe do SICOOB SUL aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria
A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB registrou 129 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo SICOOB SUL. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 129 reclamações, 78 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

CURITIBA / PR, 26 de fevereiro de 2018.

Virgílio Moreira Filho
Diretor Presidente

Allan Forti Rubira
Diretor Vice-Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

ATIVO	Valores expressos em milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	402.100	321.064
Disponibilidades (Nota 4)	5.061	5.487
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	28.675	-
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	129.233	162.617
Operações de Crédito (Nota 5)	212.464	133.851
Operações de crédito	221.699	136.539
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.235)	(2.688)
Outros Créditos (Nota 6)	3.197	3.931
Rendas a Receber	1.206	1.995
Créditos por avais e fianças honradas	368	353
Diversos	4.277	2.878
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.654)	(1.295)
Outros Valores e Bens (Nota 7)	23.470	15.178
Outros valores e bens	23.132	15.178
(Provisão para desvalorização de bens)	-	-
Despesas Antecipadas	338	-
Não Circulante	134.450	183.338
Realizável a Longo Prazo	119.949	171.774
Operações de Crédito (Nota 5)	119.949	171.774
Operações de crédito	123.872	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.923)	(5.329)
Permanente	14.501	11.564
Investimentos (Nota 8)	7.141	4.478
Imobilizado em Uso (Nota 9)	6.873	4.620
Intangível (Nota 10)	487	2.466
TOTAL DO ATIVO	536.550	504.402

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017		31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	476.586	452.650	435.872	403.865
Depósitos (Nota 11)	435.872	403.865	435.872	403.865
Depósitos à vista	93.461	73.706	93.461	73.706
Depósitos a prazo	342.411	330.159	342.411	330.159
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 12)	3.164	3.164	29.412	40.234
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	29.412	40.234	29.412	40.234
Relações Interdependências (Nota 14)	1.019	1.101	1.019	1.101
Outras Obrigações (Nota 15)	7.119	7.450	7.119	7.450
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	134	41	134	41
Sociais e Estatutárias	460	301	460	301
Fiscais e Previdenciárias	952	926	952	926
Diversas	5.573	6.182	5.573	6.182
Exigível a Longo Prazo	3.457	1.734	3.435	1.734
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	3.435	1.734	3.435	1.734
Relações Interfinanceiras	3.435	1.734	3.435	1.734
Outras Obrigações (Nota 15)	22	-	22	-
Diversas	22	-	22	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	56.507	50.018	45.379	41.939
Capital Social	45.379	41.939	45.379	41.939
Reserva de Lucros	8.873	7.022	8.873	7.022
Sobras do Exercício	2.255	1.057	2.255	1.057
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	536.550	504.402	536.550	504.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2017		31/12/2017		31/12/2016	
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Sobras/Perdas do Exercício	7.871	5.330	6.939	6.939	6.939	6.939
Ajustes por:	(1.686)	5.978	1.161	1.161	1.161	1.161
Provisão para Operações de Crédito	(1.490)	5.141	4.121	4.121	4.121	4.121
Provisão de Juros ao Capital	(1.230)	(1.230)	(5.018)	(5.018)	(5.018)	(5.018)
Depreciações e Amortizações	1.034	2.067	2.058	2.058	2.058	2.058
Aumento (redução) em ativos operacionais	(51.375)	(68.163)	(71.780)	(71.780)	(71.780)	(71.780)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(28.675)	(28.675)	-	-	-	-
Operações de Crédito	(19.512)	(31.929)	(56.788)	(56.788)	(56.788)	(56.788)
Outros Créditos	1.328	734	(1.649)	(1.649)	(1.649)	(1.649)
Outros Valores e Bens	(4.516)	(8.293)	(13.343)	(13.343)	(13.343)	(13.343)
Aumento (redução) em passivos operacionais	(13.400)	25.659	124.332	124.332	124.332	124.332
Depósitos a Vista	(4.977)	19.756	19.868	19.868	19.868	19.868
Depósitos sob Aviso	(196)	(53)	171	171	171	171
Depósitos a Prazo	(5.477)	12.305	91.408	91.408	91.408	91.408
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	1.715	3.164	-	-	-	-
Outras Obrigações	(1.068)	(310)	(665)	(665)	(665)	(665)
Relações Interdependências	938	(82)	(183)	(183)	(183)	(183)
Relações Interfinanceiras	(4.335)	(9.121)	13.733	13.733	13.733	13.733
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(58.590)	(31.196)	60.652	60.652	60.652	60.652
Atividades de Investimentos	(2.136)	(2.136)	(2.136)	(2.136)	(2.136)	(2.136)
Aquisição de Imobilizações de Uso	(1.252)	(2.217)	56	56	56	56
Aquisição de investimentos	(2.136)	(2.663)	-	-	-	-
Aplicação no Intangível	(34)	(178)	(44)	(44)	(44)	(44)
Imobilizações em curso	111	54	(752)	(752)	(752)	(752)
Outros Ajustes	-	-	(2)	(2)	(2)	(2)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.311)	(5.004)	(742)	(742)	(742)	(742)
Atividades de Financiamentos	1.992	4.044	4.055	4.055	4.055	4.055
Aumento por novos aportes de Capital	1.992	4.044	4.055	4.055	4.055	4.055
Devolução de Capital à Cooperados	(625)	(2.654)	(2.518)	(2.518)	(2.518)	(2.518)
Estorno de Capital	-	-	-	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	(4)	(3)	(3)	(3)	(3)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-	-	-	-
FATES - Destinação LEGAL	(205)	(205)	(96)	(96)	(96)	(96)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-
Sobras / Perdas do Exercício	-	-	-	-	-	-
Utilização / Abatimento de despesas com FATES	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	-	-	-	-
Subscrição do Juros ao Capital	1.220	1.220	4.972	4.972	4.972	4.972
IRRF sobre Juros ao Capital	(11)	(11)	(112)	(112)	(112)	(112)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	2.371	2.390	6.298	6.298	6.298	6.298
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(59.530)	(33.810)	66.208	66.208	66.208	66.208
Modificações em Disponibilidades Líquida	(59.530)	(33.810)	66.208	66.208	66.208	66.208
No Início do Período	193.824	168.104	101.896	101.896	101.896	101.896
No Fim do Período	134.294	134.294	168.104	168.104	168.104	168.104
Varição Líquida das Disponibilidades	(59.530)	(33.810)	66.208	66.208	66.208	66.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	Valores expressos em milhares de Reais		
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (nota 19)	35.804	71.993	68.254
Operações de Crédito	34.945	71.134	68.254
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	859	859	-
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 20)	(18.754)	(48.683)	(46.422)
Operações de Captação no Mercado	(14.077)	(32.964)	(37.799)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.427)	(3.184)	(2.618)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.250)	(12.535)	(6.005)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.050	23.310	21.832
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(9.320)	(18.213)	(14.709)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	4.612	8.922	6.873
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	3.423	6.340	4.462
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (nota 21)	(11.526)	(22.545)	(19.849)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 22)	(12.555)	(25.547)	(23.230)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(252)	(439)	(281)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 23)	3.852	5.638	4.749
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.079	15.160	16.309
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 24)	(2.953)	(5.642)	(3.742)
Resultado Operacional	7.730	5.097	7.123
Resultado Não Operacional (Nota 26)	141	233	(184)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	7.871	5.330	6.939
Participações Estatutárias no Lucro	-	(1.845)	(864)
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(205)	(96)
Reserva de Lucros	-	(1.640)	(768)
Juros sobre Capital Próprio	(1.230)	(1.230)	(5.018)
Juros sobre Capital Próprio	(1.230)	(1.230)	(5.018)
Lucro/Prejuízo (Sobras/Perdas) Líquido	6.641	2.255	1.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Sobras		
Saldo em 31/12/2015	34.245	(315)	6.254	1.616	41.800	

05/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL possui 26 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ARAUCÁRIA - PR, CURITIBA - PR, PONTA GROSSA - PR, GUARAPUAVA - PR, CAMPO LARGO - PR, IRATI - PR, FAZENDA RIO GRANDE - PR, PINHAIS - PR, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR, GUARATUBA - PR, MANDRITUBA - PR, CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, FLORIANÓPOLIS - SC, LAPA - PR.

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em dd/mm/aaaa.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	5.061	5.487
Aplicações Interfinanceiras	28.675	-
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	129.233	162.617
TOTAL	162.969	168.104

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL UNICOOB conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
 - II. Possuir reversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
 - III. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição
- A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100,16 % (2016 – 98,43 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 15.160 (2016 – R\$ 16.309), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos de depósitos intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	632	-	632	483
Empréstimos	148.610	126.475	275.085	227.485
Títulos Descontados	23.535	5	23.540	26.513
Financiamentos	6.527	6.883	13.410	15.429
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	30.070	2.834	32.904	43.733
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.235)	(3.923)	(13.158)	(8.017)
TOTAL	200.139	132.274	332.413	305.625

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD / Conta Garantida	A.D / Cheque Especial	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	28.444	-	-	360	28.803	-	30.577	-
A 0,5% Normal	123.996	1.051	5.750	30.178	160.975	(805)	197.222	(986)
B 1% Normal	69.351	3.351	6.418	2.212	81.331	(813)	41.231	(412)
B 1% Vencidas	3.062	-	20	-	3.082	(31)	5.001	(50)
C 3% Normal	38.485	2.551	780	154	41.971	(1.259)	22.089	(663)
C 3% Vencidas	4.301	16	47	-	4.364	(131)	2.247	(67)
D 10% Normal	10.417	401	25	-	10.843	(1.084)	4.098	(410)
D 10% Vencidas	2.746	12	200	-	2.959	(296)	4.618	(462)
E 30% Normal	780	264	8	-	1.052	(316)	150	(45)
E 30% Vencidas	453	19	49	-	521	(156)	870	(261)
F 50% Normal	42	78	-	-	120	(60)	410	(205)
F 50% Vencidas	1.184	12	-	-	1.196	(598)	671	(336)
G 70% Normal	300	152	-	-	452	(316)	425	(287)
G 70% Vencidas	1.972	37	22	-	2.031	(1.422)	699	(499)
H 100% Normal	149	237	13	-	399	(399)	625	(625)
H 100% Vencidas	5.233	161	78	-	5.472	(5.472)	2.709	(2.709)
Total Normal	271.962	8.085	12.994	32.904	325.946	(5.052)	296.827	(3.643)
Total Vencidos	18.953	257	416	-	19.625	(8.106)	16.815	(4.374)
Total Geral	290.915	8.342	13.410	32.904	345.571	(13.158)	313.642	(8.017)
Provisões	(11.900)	(8.125)	(178)	(178)	(13.158)		8.017	
Total Líquido	279.015	7.525	13.147	32.726	332.413		305.625	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	51.412	89.513	126.451	267.376
Adiantamento a depositantes	632	-	-	632
Cheque Especial e Conta Garantida	7.709	-	-	7.709
Títulos Descontados	21.680	1.855	5	23.540
Financiamentos	1.993	4.534	6.883	13.410
Financiamentos Rurais	4.339	25.731	2.834	32.904
TOTAL	87.765	121.633	136.173	345.571

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.317	25.815	4.529	61	32.721	9%
Setor Privado - Indústria	245	4.731	1.168	-	6.144	2%
Setor Privado - Serviços	3.667	190.413	15.970	360	210.410	61%
Pessoa Física	2.023	50.467	879	32.336	85.705	25%
Outros	90	9.360	994	147	10.591	3%
TOTAL	8.342	280.786	23.540	32.904	345.571	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(8.017)	(3.896)
Constituições	-	(151.735)
Reversões	140.503	83.442
Transferência para prejuízo	6.091	132
TOTAL	(13.158)	(8.017)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	4.408	1,00%	4.077	1,00%
10 Maiores Devedores	36.860	11,00%	32.722	10,00%
50 Maiores Devedores	118.571	34,00%	112.744	36,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	3.340	1.885
Valor das operações transferidas no período	6.361	1.550
Valor das operações recuperadas no período	(614)	(86)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(266)	(9)
TOTAL	8.821	3.340

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 21.647, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	368	353
Rendas a Receber	1.206	1.995
Diversos (a)	4.277	2.878
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(2.654)	(1.295)
TOTAL	3.197	3.931

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações (R\$ 440), devedores por depósitos em garantia (R\$ 25), impostos e contribuições a compensar (R\$ 1.374), imposto de renda a recuperar (R\$ 7), pagamentos a ressarcir (R\$ 74), títulos e créditos a receber (R\$ 297) e devedores diversos (R\$ 2.060).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, para "avais e fianças honradas (R\$ 257)", os demais foram provisionados por decisão da administração.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	23.097	14.832
Material em Estoque	35	4
Despesas Antecipadas (b)	338	342
TOTAL	23.470	15.178

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, aluguéis, IPTU e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito		

em integral referir-se a contrato de cessação para utilização de licenças do software SISBR.

11. Depósitos
É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação e em pro rata temporis. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	93.461	73.706
Depósito Sob Aviso	4.307	4.360
Depósito a Prazo	338.104	325.799
TOTAL	435.872	403.865

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Despositante	18.979	4,00%	17.972	5,00%
10 Maiores Despositantes	73.254	17,00%	82.440	21,00%
50 Maiores Despositantes	139.462	32,00%	153.109	38,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(426)	(557)
Despesas de Depósitos a Prazo	(31.719)	(36.045)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(107)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(712)	(1.197)
TOTAL	(32.964)	(37.799)

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por emissão LCA - Pós - Fixada	3.164	-

13. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	5,5% a 9,5%	01/03/2020	34.260	43.728
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(1.413)	(1.760)
TOTAL			32.847	41.968

Modalidade	31/12/2017		31/12/2016
	Circulante	Não circulante	
Repasse interfinanceiros	29.412	3.435	32.847
			41.968

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Ordens de Pagamento	1.016	1.099
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	3	2
TOTAL	1.019	1.101

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	134	41
Sociais e Estatutárias	460	3018
Fiscais e Previdenciárias	952	926
Diversas	5.595	6.182
TOTAL	7.141	7.450

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a0)	205	100
Gratificações e Participações a Pagar	45	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	210	201
TOTAL	460	301

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	952	926
TOTAL	952	926

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	39	24
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	564	414
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	3.670	3.185
Provisão para Passivos Contingentes (b)	22	228
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	354	-
Credores Diversos - País (c)	946	2.331
TOTAL	5.595	6.182

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	12	-	51	40
Outros	10	25	15	18
TOTAL	22	25	66	58

(c) Referem-se Credores Diversos - País composto por valores pendentes de compensação pela cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 3.440**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	45.379	41.939
Associados	19.844	17.116

b) Reserva Legal
Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/04/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de R\$ 845 e pela destinação ao fundo de reserva o valor de R\$ 211.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	5.330	6.939
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Provisão Juros ao Capital	(1.230)	(5.018)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.100	1.921
Destinações estatutárias	(1.845)	(864)
Reserva legal - 40%	(1.640)	(768)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(205)	(96)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.255	1.057

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	4.055	2.633
Despesas específicas de atos não cooperativos	(610)	(363)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.828)	(1.060)
Valores Conforme Resolução Sicoob Confederação nº 129 e nº 149	(2.568)	(1.228)
Resultado operacional	(951)	(18)
Recursos (despesas) não operacionais, líquidas	233	(184)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(718)	(202)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(718)	(202)

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	653	953
Rendas de Empréstimos	56.295	52.512
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	7.235	7.808
Rendas de Financiamentos	2.823	4.063
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	176	200
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	157	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	451	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	817	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	100	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	1.794	2.666
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	859	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	633	91
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-	(39)
TOTAL	71.993	68.254

20. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas de Captação	(32.964)	(37.799)
Despesas de Obrigações por Empréstimos E Repasses	(3.184)	(2.618)
Provisões para operações de crédito	(12.535)	(6.005)
TOTAL	(48.683)	(46.422)

21. Despesas de Pessoal

Descrição	2017	2016
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(32)	(31)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.719)	(2.185)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.318)	(3.080)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.381)	(3.453)
Despesas de Pessoal - Proventos	(12.050)	(11.046)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(27)	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(118)	(54)
TOTAL	(22.645)	(19.849)

22. Outras despesas administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de Água, Energia e Gás	(374)	(364)
Despesas de Aluguéis	(2.846)	(2.415)
Despesas de Comunicações	(1.038)	(953)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(234)	(249)
Despesas de Material	(238)	(214)
Despesas de Processamento de Dados	(1.840)	(1.023)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(208)	(312)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(65)	(1)
Despesas de Publicações	(5)	(6)
Despesas de Seguros	(196)	(146)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.358)	(6.899)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.447)	(1.204)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.990)	(1.899)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.028)	(348)
Despesas de Transporte	(1.214)	(1.102)
Despesas de Viagem no País	(479)	(164)
Outras Despesas Administrativas	(3.919)	(3.873)
Despesas de Amortização	(1.079)	(1.180)
Despesas de Depreciação	(989)	(878)
TOTAL	(25.547)	(23.230)

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação De Encargos E Despesas	1.993	2.185
Rendas Juros Cartão De Crédito	1.284	1.233
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	216	373
Crédito Receita Sipag - Faturamento	444	167
Crédito Receita Sipag - Antecipação	1.028	285
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	324	260
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	292	205
Receita Volume Financeiro - Rede	0	4
Rendas De Repasses Delcredere	22	22
Outras Rendas Operacionais	35	17
TOTAL	5.638	4.749

24. Outros dispêndios/operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Provisões Passivas	(473)	(100)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(18)	-
Perdas - Fraudes Externas	(129)	(28)
Perdas - Práticas Inadequadas	(11)	(4)
Perdas - Falhas Em Sistemas De Ti	-	(1)
Perdas - Falhas De Gerenciamento	-	(8)
Custos Com Portabilidade - Rco	(5)	-
Desc Conc - Crédito - Recursos Direcionados Poup.	(1)	-
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	(117)	(387)
Bonificação De Seguro Prestamista	(35)	(16)
Contribuição Ao Fundo Garantidor De Depósitos	(853)	(698)
Multa e Juros diversos	(11)	(4)
Tarifas Consultas/Saquês Cirrus Cabal	(8)	(4)
Passivos Trabalhistas	(35)	(46)
Passivos Contingentes	(18)	(9)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(585)	(297)
Fundo De Desenvolvimento	(820)	-
Outras Despesas Operacionais	(2)	(9)
Descontos Concedidos - Oper Crédito - Cpr Rpl	(3)	-
Estorno Juros Mora - Oper Crédito - Rpl	(4)	(1)
Tarifa Recebimento Convênio - Cra'S Cartórios	(26)	-
Contrib. Ao Fundo Ressorc. Fraudes Externas	(34)	(9)
Contrib. Ao Fundo Ressorc. Perdas Operacionais	(18)	(6)
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	(559)	(518)
Outras Contrib. Diversas (Outras Despesas Operac.)	(1.877)	(1.597)
TOTAL	(5.642)	(3.742)

25. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

26. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	43	54
Ganhos de Capital	131	35
Ganhos de Aluguéis	60	10
Outras Rendas não Operacionais	67	8
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(12)	(262)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(9)	0
(-) Outras Despesas não Operacionais	(47)	(30)
Resultado Líquido	233	(184)

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das operações ativas (carteira de crédito)	% em relação à carteira total
30.246	8,41%
Montante das operações passivas (aplicações financeiras)	% em relação à carteira total
2.779	0,54%

O valor de R\$ 30.246 refere-se a operações de empréstimo e crédito rural concedidas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, somado ao saldo de adiantamento a depositante e utilização de cheque especial e conta garantida em 31/12/2017.

O valor de R\$ 2.779 refere-se a recursos de depósito a prazo aplicados no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2017:

Operações ativas - Saldo em 31/12			
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial e conta garantida	9	-	0,00%
Adiantamento a depositantes	1	-	0,00%
Crédito rural	1.160	6	0,34%
Empréstimos e financiamentos	9.865	43	2,85%
Títulos descontados	2.797	14	0,81%

Operações passivas - Saldo em 31/12		
Aplicações financeiras	% em relação à carteira total	Taxa média - %
12.355	3,6%	98,16% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Total de Coobrigações:	
Coobrigações	361

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(1.718)
Encargos Sociais	(250)

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL - SICOOB SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos. Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB SUL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

29.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das

entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	56.352	47.931
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	372.115	329.292
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	15,14	14,56
Imobilizado para cálculo do limite	7.207	5.001
Índice de imobilização (limite 50%) - %	12,79	10,43

32. Benefícios a empregados

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Curitiba/PR, 12 de março de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Sul - Sicoob Sul e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respeetivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Olívio Antonio Zotti
Conselheiro

Hamilton Rodrigues
Conselheiro

Vitor Roberto Tioqueta
Conselheiro

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor provisionado é de R\$ 45 (2016 - R\$ 0) registradas na rubrica "Outras obrigações - diversas".

33. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atender a plenamente a partir de fevereiro de 2018.

CURITIBA-PR, 31 de Dezembro de 2017

VIRGILIO MOREIRA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE

ALLAN FORTI RUBIRA
DIRETOR VICE PRESIDENTE

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON
CONTADORA 050229/O4 PR

de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 08 de março de 2018.

Edmilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O
CNAI 4726